

---

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2019/CEL/SUPEL/RO**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 0033.433477/2018-28**

**OBJETO:** Aquisição de refeições prontas (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), para atender as necessidades do Sistema Prisional Porto Velho/RO, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos, a pedido do Núcleo de Alimentação/GAF/SEJUS, de acordo com o memorando nº 105/2018/SEJUS-NUALI e seus anexos

**XXXXXXXX**, por intermédio de seu representante legal, vem através da presente, **IMPUGNAR** o Edital em epígrafe, pelos fundamentos a seguir apresentados:

Primeiramente é necessário esclarecer que entendemos que embora seja necessário a impugnação do instrumento convocatório, para que não haja a concordância tácita da Impugnante nos termos que acreditamos estar desconformes, acreditamos que as alterações não implicam em nova republicação pois não afetam a formalização da proposta, mas sim, tornará claro e preciso alguns parâmetros confusos ou incoerentes do Edital.

---

## DOS FATOS

A presente licitação foi instaurada pelo Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, na modalidade PREÇO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO com adjudicação POR LOTE.

Ocorre que ao analisar as cláusulas, observou-se que o edital não está de acordo com a MINUTA PADRONIZADA PGE, com os preceitos das Leis Federais 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/02, bem como jurisprudência dos Tribunais de Contas.

É necessário consignar que o Edital merece ser reformado no tocante às regras contraditórias contidas no mesmo, vejamos:

### DO MÉRITO

#### **A) MELHOR PROPOSTA INICIAL. INCOERÊNCIA INCOMPATIBILIDADE COM O DECRETO ESTADUAL 21.675/2017**

O presente Edital em diversos pontos utiliza a expressão “melhor oferta inicial”, de forma equivocada, para fazer menção ao momento em que ocorrerá a concessão dos privilégios restritos às ME/EPPs em decorrência da aplicação da LC 123/06 e Decreto Estadual nº. 21.675/2017, vejamos:

**7.14.4.** O disposto no **item 7.12** somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

**10.3.4.** O disposto no item 10.1 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

No entanto, tal previsão não existe no ordenamento jurídico, para propostas iniciais.

A melhor proposta inicial é aquela devidamente selecionada entre os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº. 10.520/02, principalmente utilizada para o Pregão Presencial, para efeitos de classificação.

---

Art. 4º. (...)

VII - **aberta a sessão**, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e **entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos**, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

VIII - no curso da sessão, **o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela** poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;

IX - não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, **poderão os autores das melhores propostas**, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

O Decreto nº. 21.675/2017, que prevê a possibilidade de concessão de privilégios e a forma de aplicação dos mesmos, traz a seguinte redação:

Art. 5º Nas licitações será assegurada às microempresas e empresas de pequeno porte, preferência de contratação, como critério de desempate.

§ 2º Na modalidade pregão o intervalo percentual estabelecido no §1º será de até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço.

§ 3º A preferência de que trata o caput será concedida da seguinte forma:

I - ocorrendo o empate, a pequena empresa **melhor classificada** poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto a seu favor;

§ 5º O disposto neste artigo **somente se aplicará quando a MELHOR OFERTA VÁLIDA** não tiver sido apresentada por microempresa ou empresas de pequeno porte.

Percebe-se nitidamente que alguma secretaria inovou na formulação da expressão “melhor proposta inicial” que não apresenta a definição clara e precisa necessária, **nem tampouco esta prevista no referido Decreto**.

Entendemos que este equívoco pode ser facilmente sanado com a substituição desta invenção pela expressão “**MELHOR OFERTA VÁLIDA**”.

---

**Ademais, o COMPRASNET, não irá alterar os parâmetros do sistema previamente cadastrados para atender a uma exigência descabida do Edital, ele continuará a garantir o direito de preferência nos termos estabelecidos pelo decreto, e não para a melhor oferta inicial.**

**B) PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL EM RAZÃO DO PORTE DA LICITAÇÃO.**

Entendemos oportuna a retirada do disposto no Item 10.2.1 do Edital, uma vez que não pode ser harmonizado com os preceitos e critérios de desempate para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, pois, de acordo com a LC 123/06 e alterações da LC 147/14.

Inclusive, em resposta ao pedido de impugnação/esclarecimento a SUPEL/SEJUS entendeu não ter qualquer aplicação este comando, em virtude do porte da licitação.

O MPC se manifestou pela inaplicabilidade deste dispositivo em seu parecer nº 0233/2019 – GPGMPC, nos autos do processo nº 01126/2019, vejamos:

Quanto a impossibilidade de aplicação de benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas no local ou na região, o representante busca a exclusão da previsão editalícia (item 10.2.1, alíneas “a” a “g” do edital retificado)

Verifico que manter a previsão do benefício às ME e EPP, ou excluí-las do edital, **irradiam o mesmo efeito prático, qual seja, não será possível a concessão da vantagem**, porque os valores em disputa são superiores ao teto legal de R\$80.000,00 (oitenta mil reais). Portanto, improcedente o fato representado.

No entanto, tal previsão ainda persiste.

Desta forma, requer a exclusão do item ou manifestação expressa sobre a sua inaplicabilidade.

---

**C) AUSÊNCIA DE SOMATÓRIA DO CAPITAL SOCIAL A SER COMPROVADO LOTE A LOTE.**

Não obstante os erros na acima, o Edital **deixou de solicitar** que o capital social ou patrimônio líquido necessário à comprovação da capacidade econômico-financeira, fosse de no mínimo 10% de todos os lotes em que a licitante apresentar proposta.

Tal preocupação esta atrelada ao fato de que quanto maior o número de lotes, maior será a capacidade financeira requisitada e os custos incidentes, principalmente pelo fato dos reiterados atrasos no pagamento, onde é comum aguardar cerca de 3 meses para o recebimento da primeira NF-e, ou seja, **a Empresa necessita comprovar que possui boa situação econômico-financeira para manter o fornecimento por no mínimo 4 meses após o fornecimento da primeira refeição** (afinal são 30 dias de fornecimento, para que posteriormente seja emitida a NF, a qual leva cerca de 90 dias para ser devidamente quitada).

Desta forma, requer que seja incluído ao Edital, nos moldes do Edital anterior, para que referida comprovação seja realizada pela somatória dos lotes em que o licitante estiver participando.

**DOS PEDIDOS**

Desta forma, requer o recebimento da presente e o seu deferimento para alteração dos itens propostos, sem a necessidade de republicação do Edital, pois estes parâmetros não interferem na formulação das propostas.

---